

PROCESSO CIVIL

1. Acerca do domicílio, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabeleça a sua residência com ânimo definitivo.
- b) O direito brasileiro somente admite a unicidade domiciliar.
- c) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- d) As partes contratantes podem especificar, nos contratos celebrados por escrito, o domicílio onde serão exercidos os direitos e obrigações resultantes dos mesmos.
- e) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

2. Nos termos do CPC, marque a alternativa **CORRETA** com relação à ação rescisória:

- a) Quando proposta pelo Ministério Público, caso não tenha sido ouvido em processo em que lhe era obrigatória a intervenção, salvo se a sentença de mérito for efeito de colusão das partes.
- b) Quando a sentença de mérito for proferida por juiz relativamente incompetente, ou for verificada que foi dada por concussão, prevaricação ou corrupção do juiz.
- c) O prazo para ajuizamento da ação rescisória é de 5 (cinco) anos.
- d) O prazo para ajuizamento da ação rescisória é de 2 (dois) anos.
- e) A ação rescisória não tem previsão expressa no Código de Processo Civil.

3. Com relação ao procedimento da curatela dos interditos, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Na ausência dos pais, do tutor e do cônjuge, um parente próximo pode requerer a interdição.
- b) A sentença proferida pelo juiz faz coisa julgada material.
- c) A realização de prova pericial, consistente no exame do interditando, é facultativa, podendo o juiz dispensá-la.
- d) O Ministério Público não tem legitimidade para requerer a interdição.
- e) O procedimento de Curatela não tem previsão legal.

4. Se, durante a audiência de instrução e julgamento, um advogado entende que a testemunha arrolada pela parte contrária mantém com essa vínculo estreito de amizade e que seu depoimento pode ser tendencioso, esse advogado deverá:

- a) Contraditar a testemunha, devendo a audiência, nesse caso, ser necessária e imediatamente interrompida.
- b) A contradita não é permitida para aos advogados particulares, apenas para Defensores Públicos.
- c) Contraditar a testemunha, que mesmo assim poderá ser ouvida como informante do juízo, desde que o magistrado fundamente sua decisão de ouvi-la.

- d) Contraditar a testemunha, que será ouvida após a audiência, sem a presença das partes.
- e) Contraditar a testemunha, hipótese em que estará o juiz obrigado a dispensá-la.

5. A respeito da coisa julgada, assinale a opção **CORRETA**:

- a) Apreciação de questão prejudicial fará coisa julgada se decidida incidentalmente no processo, mesmo que as partes não o requeiram.
- b) Para ter força de lei nos limites da lide e das questões decididas, a sentença deve conter sempre julgamento total da lide.
- c) Os motivos da sentença fazem coisa julgada se forem importantes para determinar o alcance da parte dispositiva.
- d) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, não faz coisa julgada.
- e) A regra no ordenamento jurídico brasileiro é a tangibilidade da coisa julgada.

6. No que se refere à apelação, assinale a opção **CORRETA**:

- a) O tribunal apreciará e julgará todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença recorrida não as tenha julgado por inteiro.
- b) Constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal sempre devolverá os autos ao juiz prolator da sentença para que este tome medidas que possam saná-las.
- c) Se o pedido ou a defesa possuírem mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação não poderá devolver ao tribunal o conhecimento dos demais.
- d) Quando o processo tiver sido extinto sem julgamento de mérito, é defeso ao tribunal julgar desde logo a lide, devendo devolver o processo para julgamento pelo juiz de primeiro grau.**
- e) O prazo para interposição do recurso de apelação é de 10 (dez) dias, segundo previsto no CPC.

7. Acerca da revelia, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A revelia se dá apenas com a não apresentação de exceção ou de reconvenção no prazo da resposta.
- b) Ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis, a revelia produz seus efeitos normalmente.
- c) Contra o revel, ainda que tenha patrono constituído nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação.
- d) O revel pode intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

DIREITO CIVIL

8. São **absolutamente** incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- b) Os maiores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos.
- c) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- d) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham discernimento reduzido.
- e) Os pródigos.

9. São pessoas jurídicas de **direito privado**, segundo o Código Civil:

- a) os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- b) as fundações e as autarquias.
- c) As organizações religiosas e autarquias.
- d) As associações e entidades de caráter público criadas por lei.
- e) As autarquias, inclusive as associações públicas.

10. Acerca da responsabilidade civil, indique a alternativa **INCORRETA**:

- a) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- b) Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
- c) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- d) O dono, ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
- e) Os pais não são responsáveis pela reparação civil decorrente de danos causados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

11. Consideram-se bens **móveis** para os efeitos legais:

- a) As energias que tenham valor econômico.
- b) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- c) O direito à sucessão aberta.
- d) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- e) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

12. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- b) A manifestação de vontade subsiste ainda que o autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- c) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.
- d) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- e) Não invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita.

13. São benfeitorias **úteis**:

- a) As que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- b) As que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- c) As de deleite ou recreio, embora não aumentem o uso habitual.
- d) Somente aquelas que, sem aumentar o uso habitual, tornem mais agradável o bem.
- e) As indispensáveis à conservação do bem.

14. Cessa a incapacidade para os menores:

- a) Somente pelo casamento.
- b) Pelo exercício de cargo público de provimento em comissão.
- c) Com 14 anos completos, se tiver emprego, ainda que como aprendiz, mas desde que tenha economia própria.
- d) Somente pela emancipação, concedida pelos pais e desde que homologada pelo Juiz.
- e) Pela existência de relação de emprego, desde que, em função dele, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.

DIREITO PENAL

15. Constitui causa de diminuição de pena prevista na Parte Geral do Código Penal:

- a) O crime impossível.
- b) O arrependimento posterior.
- c) A desistência voluntária.
- d) O arrependimento eficaz.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

16. O termo "Taxatividade", em Direito Penal, significa que:

- a) Os fatos descritos na lei penal admitem ampliações de entendimento.

- b) O texto da lei penal não pode ser contraditório, de duplo sentido e omissivo.
- c) Conjunto de normas incriminadoras admitem pena de multa.
- d) As regras de direito penal decorrem do princípio da reserva legal.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

17. Extingue-se a punibilidade, **EXCETO**:

- a) Pela morte do agente.
- b) Pela anistia, graça ou indulto.
- c) Pela prescrição, decadência ou preempção.
- d) Pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.
- e) Pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação penal pública.

18. Quando uma lei penal nova torna típico fato anteriormente não-incriminado, pode-se dizer que ocorreu:

- a) *Abolitio criminis*.
- b) *Novatio legis* incriminadora.
- c) *Novatio legis in pejus*.
- d) *Novatio legis in melius*.
- e) Ofensa ao princípio da legalidade.

19. Diz-se que o crime é:

- a) Formal, quando depende do resultado para se consumar.
- b) Material, quando o resultado, se ocorrer, é mero exaurimento.
- c) De mera conduta, aquele que apenas o comportamento do agente já caracteriza um crime.
- d) Omissivo próprio, aquele que depende de resultado para se consumar.
- e) Nenhuma alternativa acima.

20. A legítima defesa, de que trata o artigo 23 do Código Penal, é causa de:

- a) Atipicidade.
- b) Exclusão de ilicitude.
- c) Exclusão da punibilidade.
- d) Exclusão da culpabilidade.
- e) Exclusão da tipicidade conglobante.

21. Entre as circunstâncias abaixo, são **agravantes** da pena, o fato de o agente:

- a) Ter cometido o crime sendo reincidente.
- b) Desconhecer a lei.
- c) Ter cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral.
- d) Ter cometido o crime sob a influência de multidão e, tumulto, se não o provocou.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

DIREITO PROCESSO PENAL

22. **NÃO** caberá recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença que:

- a) Pronunciar o réu.
- b) Concluir pela incompetência do juízo.
- c) Receber a denúncia ou a queixa.
- d) Decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- e) Denegar a apelação ou a julgar deserta

23. Marque a assertiva **INCORRETA**:

- a) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- b) o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- c) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- d) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.
- e) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

24. Da sentença que **absolver sumariamente** o réu caberá(ão):

- a) Recurso em sentido estrito
- b) Embargos.
- c) Revisão criminal.
- d) Apelação.
- e) Protesto por novo Júri.

25. A decadência nos crimes de ação penal privada ocorre, segundo disposição do Código de Processo Penal, no prazo de:

- a) Seis meses contado da data em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.
- b) Seis meses contado da data em que o crime foi praticado.
- c) Seis meses contado da data em que o crime foi comunicado à autoridade policial.
- d) Dez meses contado da data em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.
- e) Dez meses contado da data em que o crime foi praticado.

26. São institutos próprios da **ação penal privada**:

- a) Prescrição e renúncia.
- b) Decadência e perdão judicial.
- c) Preclusão e rejeição.
- d) Perempção e renúncia.
- e) Renúncia e deserção

27. Assinale a única alternativa **CORRETA**:

- a) A busca domiciliar há de ser realizada sempre pela autoridade policial ou judiciária.
- b) Em regra, a busca domiciliar somente será possível com autorização judicial.
- c) A busca e apreensão domiciliar realizada pela autoridade policial e seus agentes, mesmo sem autorização judicial, é válida e eficaz, não podendo ser incluída no rol das provas ilícitas.
- d) A busca e apreensão, ainda que domiciliar, é ato de rotina policial devendo, entretanto, ser comandada, por escrivão de polícia, sendo inadmissível a prática desse ato inquisitorial pelo simples agente da autoridade.
- e) Nenhuma das assertivas acima.

28. Assinale a única alternativa **CORRETA**:

- a) O processo penal reger-se-á em todo o território brasileiro pelo Código de Processo Penal, inclusive os processos de competência da Justiça Militar.
- b) A lei processual penal nunca admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, sendo vedada a aplicação dos princípios gerais do direito.
- c) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- d) A duração razoável do processo, embora não seja uma garantia constitucional, é aplicável tanto à fase de investigação, como à fase judicial da persecução penal.
- e) Nenhuma das assertivas acima.

DIREITO ADMINISTRATIVO

29. São Princípios Administrativos **expressos** na Constituição Federal:

- a) Legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.
- b) Legalidade, impessoalidade e moralidade.
- c) Apenas a legalidade.
- d) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e) Legalidade, impessoalidade, probidade, eficiência e publicidade.

30. **Não** é atribuição da Administração Pública decorrente do poder hierárquico:

- a) Editar atos regulamentares.
- b) Aplicar sanções disciplinares.
- c) Avocar e/ou delegar atribuições.
- d) Controlar as atividades dos órgãos subordinados.
- e) Anular atos ilegais praticados por órgão inferiores.

31. O mais recente princípio constitucional da Administração Pública, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/98, é o da:

- a) Publicidade.
- b) Eficiência.
- c) Impessoalidade.
- d) Legalidade.
- e) Proporcionalidade.

32. Sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis previsto na Lei nº 8.112/90, marque a assertiva **INCORRETA**:

- a) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
- b) A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.
- c) O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
- d) A nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução são formas de provimento de cargo público.
- e) O concurso público terá validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.

33. São penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112/90, **EXCETO**:

- a) Advertência.
- b) Suspensão.
- c) Demissão.
- d) Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- e) Perda dos direitos políticos.

34. O prazo para a aquisição da estabilidade do servidor público, segundo a Constituição Federal é:

- a) 5 anos.
- b) 3 anos.
- c) 2 anos.
- d) 1 ano.
- e) 10 anos.

35. As agências reguladoras no âmbito federal assumiram a forma de:

- a) Fundações.
- b) Sociedade de Economia Mista.
- c) Autarquias.
- d) Empresa Pública.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

DIREITO CONSTITUCIONAL

36. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar, sobre os seguintes assuntos, **EXCETO**:

- a) Direito Civil, comercial, penal, processual, eleitoral e agrário.
- b) Desapropriação.
- c) Trânsito e transporte.
- d) Populações indígenas.
- e) Produção e consumo.

37. Segundo a Constituição Federal do Brasil, é **falso** a afirmativa:

- a) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

- b) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- c) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) Aos litigantes, apenas em processo judicial, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

38. São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) A dignidade da pessoa humana.
- b) A soberania.
- c) Prevalência dos direitos humanos.
- d) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) Defesa da Paz.

39. Em relação aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos assegurados na Constituição Federal, é **correto** afirmar que:

- a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, dispensando, no entanto, o trânsito em julgado.
- b) As entidades associativas, ainda quando não autorizadas expressamente, têm legitimidade para representar seus filiados judicial e extrajudicialmente.
- c) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada sempre a indenização prévia, ainda que não haja dano.
- d) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recurso.
- e) O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, não havendo qualquer ressalva na lei.

40. A licença à gestante prevista no art. 7º, XVIII da Constituição Federal terá duração de:

- a) 30 (trinta) dias.
- b) 60 (sessenta) dias.
- c) 90 (noventa) dias.
- d) 120 (cento e vinte) dias.
- e) 150 (cento e cinquenta) dias.

41. O processo legislativo **não** compreende a elaboração de:

- a) Emendas à Constituição.
- b) Portarias e Ofícios.

- c) Leis Delegadas.
- d) Resoluções.
- e) Decretos Legislativos.

42. Entende-se por mutação constitucional:

- a) Pressupõe-se uma modificação formal e escrita da Constituição.
- b) É sinônimo do instituto da reconstituição constitucional.
- c) Consiste na interpretação constitucional evolutiva.
- d) É a exigência do esgotamento da via administrativa para a utilização da via judicial.
- e) Nenhuma resposta acima.

DIREITO DO CONSUMIDOR

43. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

- a) 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço ou produto não duráveis.
- b) 60 (sessenta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço ou produto não duráveis.
- c) 45 (quarenta e cinco) dias, tratando-se de fornecimento de serviço ou produto não duráveis.
- d) 120 (cento e vinte) dias, tratando-se de fornecimento de serviço ou produto duráveis.
- e) 120 (cento e vinte) tratando-se de fornecimento de serviço ou produto duráveis.

44. Em um contrato de consumo, **não** é considerada abusiva a cláusula que:

- a) Transfere responsabilidades a terceiros.
- b) Estabelece a inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.
- c) Determina a utilização compulsória de arbitragem.
- d) Estabelece a remessa do nome do consumidor inadimplente para bancos de dados ou cadastros de consumidores.
- e) Nenhuma alternativa acima.

45. Sobre o conceito legal de consumidor é **correto** afirmar:

- a) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário intermediário.
- b) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, exceto a coletividade de pessoas.
- c) Apenas a pessoa física ou a coletividade de pessoas que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final pode ser considerada consumidor.

d) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

e) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, determinável, que haja intervindo nas relações de consumo.

46. No tocante às relações de consumo, é **correto** afirmar que:

a) A pessoa jurídica não sofre dano moral indenizável.

b) A interpretação das cláusulas contratuais deve ocorrer de forma a não favorecer nem prejudicar o consumidor.

c) A coletividade de pessoas não se equipara a consumidor, por expressa vedação legal.

d) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviço o exime de toda e qualquer responsabilidade.

e) É assegurada ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

LEGISLAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

47. Segundo as disposições da Lei 1.060/1950, marque a assertiva **INCORRETA**:

a) A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

b) A impugnação do direito à assistência judiciária não suspende o curso do processo e será feita em autos apartados.

c) A parte contrária poderá, em qualquer fase da lide, requerer a revogação dos benefícios de assistência, desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão.

d) Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias.

e) A assistência judiciária não compreende as despesas com a realização do exame do código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade.

48. Marque a alternativa **INCORRETA**:

a) É assegurado à Defensoria Pública o prazo em dobro e intimação pessoal no exercício das funções institucionais.

b) As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercitadas mesmo que contra as pessoas jurídicas de Direito Público e as demais pessoas jurídicas por aquelas criadas.

c) À Defensoria Pública é assegurada a gratuidade de publicação dos expedientes, editais e outros atos relativos à assistência jurídica aos necessitados, junto à imprensa oficial.

d) O concurso para ingresso na carreira de Defensor Público será promovido pela Defensoria Pública Geral do Estado, após anuência do Chefe do Poder Executivo, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e terá validade por até dois anos, prorrogável uma única vez por igual período.

e) Os membros da Defensoria Pública não fazem jus ao mesmo tratamento dispensado aos Magistrados, aos membros dos Ministério Público e aos Advogados, existindo entre eles, relação de hierarquia e subordinação.

49. Nos termos da Lei Complementar nº 06/1997, conceder-se-á licença, **EXCETO**:

a) Para tratamento de saúde.

b) Por motivo de doença em pessoa da família.

c) À gestante.

d) Para casamento.

e) Licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses.

50. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar gratuita e integral assistência jurídica, judicial e extrajudicial aos necessitados.

b) Considera-se juridicamente necessitado, o declaradamente pobre na forma da lei.

c) À Defensoria Pública é conferido o direito de apurar o estado de carência dos seus assistidos.

d) Na gratuidade da assistência jurídica aos necessitados não incluem a proibição de cobrança de taxas, emolumentos ou depósitos judiciais.

e) São funções institucionais da Defensoria Pública o patrocínio de ação civil e a defesa da criança e do adolescente, entre tantas outras previstas na legislação pertinente.